

Em Angola e Moçambique, nasce precária, ainda, a esperança do silêncio das armas.

Realizadas as eleições em Angola sucedem-se, nestes dias, um período de decepção e angústia. Decepção pelo não respeito das regras democráticas e angústia pelo avolumar-se de nuvens prenunciando a nova tormenta. Por razões óbvias, a opinião em Moçambique se interroga sobre os limites da similitude das situações e possível evolução, desejando, até ao limite da utopia, que a postura da RENAMO se demarque do comportamento da UNITA e do Dr. Savimbi.

Para além do legítimo desejo das pessoas em fazer descer sobre o passado recente a esponja misericordiosa do esquecimento e ultrapassamento do eventos, importa para os cientistas e estudiosos, retirar as lições necessárias à abordagem da gestão e resolução dos conflitos.

Ainda que em análise superficial, há constantes salientes nas tentativas de resolução dos conflitos africanos na Libéria, Sudão, Somália, Moçambique, sem mencionar o observado no Camboja, Afeganistão, Leste europeu:

- a resolução dos conflitos tende a engendrar novos e maiores conflitos;
- as manipulações externas, mesmo quando não essenciais na origem dos conflitos, tendem a determinar as soluções geradoras na prática de novas e maiores instabilidades e vulnerabilidades.

Cientistas sociais, políticos e meios de comunicação do Norte tendem a super-simplificar os conflitos, reduzindo-os a:

- afrontamentos entre bons democratas (os rebeldes) e maus tiranos (o poder);
- irredutibilidade das contradições étnicas ou religiosas, ou ambas, nos países da periferia;
- incapacidade da periferia em pôr termo aos massacres e destruições sem a intervenção generosa do Norte tutor.

Nestas e semelhantes análises se omitem deliberadamente o promover e alimentar dos conflitos pelo Norte, como se ignora a

sistemática distorção dos factos.

Em paralelo, as políticas financeiras e monetárias decorrentes dos ajustamentos estruturais tendem a laminar e eliminar as hipóteses de emergência e estabilidade das classes médias, forçando-as a buscar a sobrevivência em actividades informais, nocivas ao fisco e ao investimento produtivo, enquanto, em tela de fundo, o sector burocrático se torna progressivamente testa de ferro das actividades especulativas do capital estrangeiro. As frustrações impostas à sociedade tornam-na vulnerável às demagogias fundamentalistas, religiosas e xenófobas, tribais ou racistas.

Em torno da hipótese da sociedade civil, do estado democrático e de direito, da consolidação do pluralismo, Estudos Moçambicanos traz o presente número, em que uma componente maior da reflexão é, a respeitante ao género.

No cerne do debate haverá que descobrir a natureza real de sociedade de que são portadoras as formações agrárias pré-industriais e no limiar das economias monetarizadas.

O pluralismo, o fim da relação discriminatória e opressiva Homem/Mulher serão conceitos e práticas à margem e/ou independentes da formação social, dos conflitos de classe, da infra-estrutura da sociedade? Sem cair na armadilha linear de que a república, ou o proletariado, ou a economia de mercado, ou o multipartidarismo, ou a descentralização constituem em si panaceias universais, poderemos ignorar o relacionamento necessário entre a base e a superestrutura das formações sociais?

O debate em Moçambique e em África está no seu início, salvo se considerarmos que se esgote a reflexão apenas porque no Norte já se pré-determinou o curso da História.

Feliz ou infelizmente assim parece não ser, mas a multiplicação das receitas exógenas e respectivas manipulações podem traduzir-se, ainda, em destruições e mortes.

O clamor exigindo a paz no continente, na terra angolana e moçambicana, queremos que se imponha nos factos, as reconciliações nacionais são ardentemente desejadas, a esperança continua a sobreviver, mesmo se só ela resta.

12 de Outubro de 1992 em vésperas do dia E.

S. V.